

DA CASA DE S. PEDRO À CMALV por Cristina Nobre

Sumário:

1. Nascimento de um lugar: a pequena-grande Casa de S. Pedro
2. Maturidade da Casa: a partilha com os outros e a criação do *lugar literário*
3. Memória guardada: os livros e os museus
4. Memória oficialmente viva: a Casa-Museu Afonso Lopes Vieira [CMALV]

Persiste-se, há muito, em conversas, em livros, em jornais, mesmo nos discursos diplomáticos e nas arengas oficiais, emfim, nos compêndios das escolas, em chamar a Portugal *piqueno país*. Decididamente, não temos nunca o sentimento das proporções. E ao passo que nos atacam megalomanias grotescas, descaímos nesta idiotia de chamar piqueno a um país que tem pelo menos oitenta milhões de almas. [...] O primeiro português que chamou a Portugal *piqueno país*, foi um perro traidor! E a traição achou o terreno mais propício num Portugal que é grande em possuir tantas almas piquenas.

Afonso Lopes Vieira, *Em demanda do Graal*, 1922: 296-7.

1. Nascimento de um lugar: a pequena-grande Casa de S. Pedro

A casa-nau, em S. Pedro de Moel, presente do pai do escritor, pelo seu casamento em 20 de abril de 1902 com D. Helena de Aboim, serviu o sonho do *nobre arauto e mantenedor da cultura portuguesa* (nas palavras de Carolina Michaelis de Vasconcelos) e abriu-lhe a janela para o mar das *Ilhas de Bruma*.

Afonso Lopes Vieira definiu-se como um *marinheiro em terra*, e a casa-nau foi o lugar de eleição para uma constante navegação pela arte portuguesa e o vivo impulso para a riqueza da sua oficina de escrita.

Já quando do seu primeiro livro de poesia, em 1897, *Para Quê?*, parecia adivinhar a importância que a casa teria na sua vida e obra, através de um poema, como se a poesia tivesse tido a força ou a clarividência de sinalizar a Casa - metamorfoseada num papel em branco no qual apetece ir escrevendo - como presente ideal de núpcias para ele:

[...] *S. Pedro* ao sol luzindo em suas casas caiadas,
Casas velhinhas todas com alpenduradas;
A capela no alto, com vidros de cores
E dentro ao fundo, olhando, a Senhora das Dores;
O Zé Lameiro, à tarde, olhando para o mar,
Emalhando uma rede p'ra lá ir pescar;
Raparigas queimadas do ar do mar, passando
Na estrada que lembrava uma cobra ondulando;
A nossa casa com craveiros nas janelas
E que frolidas e velhinhas eram elas!
E tinha ao sol uma brancura de papel,
Que linda casa para uma lua de mel! [...]

(Vieira 1897: 15-16)

Na varanda da casa, transformada em altar da criação, Afonso Lopes Vieira leu, anotou, meditou, planeou, partilhou com os amigos, sonhou, escreveu e reescreveu, com disciplinado e árduo labor, grande parte da sua obra. Fumando cachimbo, deitava-se num divã, que baptizou de *tumular*, e compreendia o mundo através do filtro artístico. Muitas vezes através do monóculo, outras com a ajuda da lente do binóculo, perscrutou os horizontes marítimos à procura desse *país de além* em que as suas raízes o mergulhavam. O relógio de sol orientou-o nessa busca de um mundo melhor através da arte, e o azulejo com *Camões coroados de espinhos* (e não de loiros...), com que brindou a fachada marítima da Casa de S. Pedro, é o símbolo exponencial das agruras do caminho artístico em prole da grei.

No espólio da Biblioteca Municipal de Leiria Dr. Afonso Lopes Vieira [BML], naquilo que tudo indica seriam apontamentos seus para um Diário ou anotações para o *Jornal de um Poeta* (de que só publicou episodicamente pequenos excertos na imprensa), pode comprovar-se como a Casa se tinha transformado num ser quase vivo, no início do século XX, data em que os apontamentos inéditos se devem situar:

Ouve-se o mar rolando o seu grande Canto
Ó delícia, a beleza de ouvir e ver o mar! —

(*apud* Nobre 2005 II: 344)

Incrustada na paisagem marítima e na tradição familiar de Lopes Vieira, a casa-nau adquire foros de objecto estético permeável ao envolvimento afectivo do seu proprietário. Pelos anos fora esta casa cumpriu os papéis de local privilegiado, onde a criação artística do poeta se desenvolveu harmoniosamente, e de centro de confluência de importantes personalidades da cultura portuguesa de então, até se transformar, por vontade testamentária do proprietário (doação por sua morte ou morte da esposa), em colónia balnear infantil para os filhos dos operários vidreiros e trabalhadores das Matas Nacionais, função que ainda hoje mantém.

A casa, como um búzio, acompanha o *ex-libris* petrarquista do poeta — *or piango or canto* — numa simbiose perfeita com o refrão popular tão glosado por Lopes Vieira e Almeida Garrett: *Minha alma é só de Deus / o corpo da água do mar*. Outro elemento iconográfico fundamental para perceber a estesia do escritor é a cruz de Cristo, arvorada numa bandeira que hasteou em S. Pedro de Moel como emblema da cruzada pela nacionalidade, encastrada em azulejos nas sacadas da varanda, reproduzida nalguns dos livros finais e escolhida para cobrir a urna do escritor em 26 de Janeiro de 1946.

Como a curiosidade sobre este lugar sempre foi bastante, Lopes Vieira era muitas vezes confrontado com perguntas sobre a Casa e a sua propriedade, a tal ponto que ainda em 1942, quando publicou o 2.º volume de ensaios *Nova demanda do Graal*, se sentiu compelido a explicar:

E, como ainda há pessoas que supõem que a minha casa de S. Pedro de Moel foi construída por mim, recorro que ela está há um século na posse da minha família, posse que se alienou apenas durante alguns anos. (Vieira 1942: 242)

E na conferência “Passeio na minha terra”, de 1940, chega mesmo a esclarecer como toda a sua infância se alicerçou naquela casa e a razão pela qual se deve proteger tal paisagem:

Decerto a gente fica apegado, não apenas por laços morais, mas por liames fisiológicos, aos lugares onde lhe decorreu infância e adolescência. Fui para Moel desde a idade de um ano, ao colo da minha Mãe [...]. (Vieira 1942: 246)

S. Pedro de Moel está destinado a um futuro excepcional como estância de higiene, digamos *espiritual*; é a praia sem vento, ao abrigo das dunas mais altas da Europa (a da Aguieira é até a mais alta), biombos vegetais de mais de 100m de altitude que criam junto ao mar uma atmosfera *extática*, perfumada de sais marinhos e resinas aromáticas, como na região celeberrima de Arcachon, aliás de dunas mais baixas. [...]

São muitos os meus versos enleados às terras marinhas de Moel, a começar pelos que desenvolvem o tema do *verde pinho*, cantado belamente por Dom Denis, e que eu tive a honra de fazer conhecer pela primeira vez ao nosso público; e, entre eles, a composição dominante intitula-se precisamente *Pinhal do Rei*, nos quais busquei exprimir o destino atlântico da floresta iniciadora e, com o dela, o da própria terra de Portugal. (*idem*: 245 e 248-9)

2. Maturidade da Casa: a partilha com os outros e a criação do *lugar literário*

Alguma da *Correspondência* (assim vamos designá-la) guardada nos XIV grossos volumes das *Cartas e Outros Escriptos dirigidos a Affonso Lopes Vieira*, que a BMLALV guarda inéditos no seu espólio de manuscritos, deixa-nos ler este apostolado pela casa e por S. Pedro de Moel, como se o Poeta fosse um mestre dos actuais activistas ambientalistas.

Assim, no Vol. VI, encontra-se um documento não datado (provavelmente de cerca de 1920, a acreditarmos numa certa ordenação cronológica, que o situa relativamente a documentos anteriores e posteriores), e com uma assinatura que eu não consegui decifrar, que demonstra bem o apreço de Lopes Vieira por este lugar geográfico e seu ambiente (nos nossos dias, o tão referido *eco-sistema...*) — tentou evitar o corte de alguns pinheiros, que, segundo a sua sensibilidade de artista, destruiriam a beleza da paisagem que ele amava como a sua alma, escrevendo directamente para os serviços Florestais e Agrícolas da Direcção Geral da Agricultura. Eis o teor da resposta recebida

pelo escritor:

Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria / Direcção Geral da Agricultura /
Repartição dos Serviços Florestaes e Agricolas

Exmº. Sr. e Amigo:

Recebi o seu postal de 15 do corrente e recommendei o caso dos pinheiros de S. Pedro, para evitar o seu córte, que effectivamente prejudicaria a paisagem, estando completamente d'accordo com a opinião de V. E. e dos Saudosistas [?], amantes de S. Pedro, que amam a sua sombra.

Subscrevo-me com toda a consideração / de V. Eª. / Muito dedicado e amigo

[assinatura irreconhecível] (esp. BML, *Cartas [...]*, vol. VI)

Esta resposta pressupõe que Lopes Vieira levava as suas lutas até ao fim, e que procurava mover a pesada máquina do Estado em favor de uma riqueza natural que alimentava a sua sensibilidade e a sua veia criativa.

S. Pedro de Moel aparece assim como um lugar de eleição, onde provavelmente terá architectado e escrito parte substancial da sua obra. Talvez por essa relação de profunda empatia se perceba a doação da sua casa aos filhos dos trabalhadores das Matas Nacionais e aos operários vidreiros da Marinha Grande, para que as crianças dela pudessem usufruir. Talvez seja esta a ligação mais forte que o lugar estabeleceu com esse homem-poeta: a partilha de um espaço que sentimos privilegiado pela sua posição estratégica de enseada marítima, propícia ao sonho e ao devaneio, à ilusão de uma perfeição onde os ritmos da vida fossem os ritmos da natureza. E o reconhecimento de um amor por esta terra, que o levou a fazer a doação com um testamento da sua ligação para a eternidade a uma (então) pequena vila vidreira.

Este facto tornou-se do conhecimento público através da imprensa, numa entrevista do *Diário de Lisboa*, de 15 de abril de 1939, “O legado dum Poeta”, que procurava esclarecer abertamente sobre o legado da preciosa biblioteca herdada do tio-avô António Xavier Rodrigues Cordeiro à cidade de Leiria e da Casa de S. Pedro de Moel para *sanatório dos filhos dos pescadores* (como foi noticiado). Lopes Vieira procurou evitar louvores hipócritas por uma atitude sã, qualificando-a de *franciscanismo de sétima classe*, uma vez que ele próprio não tinha descendência e se encontrava vivo:

[...] Talvez esteja triste. Pedimos-lhe desculpa de perturbar o seu silêncio, o ritmo dos versos brancos que esvoaçam na quadra rígida do estúdio, mas é que somos portadores duma notícia, que só ele pode confirmar ou desmentir.

– Já sei; é da minha biblioteca que se trata, não é? É verdade; vou legá-la à cidade de Leiria, mas o acto nada tem de heróico, de extraordinário...

– Um belo dom de poeta!...

– É um acto fácil, simples, de quem não tem filhos. Com essa singela oferta quero recordar e louvar a memória de meu tio-avô Rodrigues Cordeiro, que foi na roda de Castilho um dos poetas mais célebres do seu tempo, embora esquecido hoje, como, de resto, toda a gente dessa época. [...]

– É uma renúncia essa oferta?

– De modo algum! Passamos a vida à roda duma pequena estante. Em plena sinceridade, digo que isto nada tem de louvável. Quando as pessoas se despojam em vida, à franciscana, ainda se pode ter o prazer da oferenda. O que faço não passa dum franciscanismo de sétima classe... creia! [...]

Outra confidência:

– Vou para uma casa que já não me pertence. Leguei-a, mas como sanatório, aos filhos dos operários e dos pescadores da Marinha. Há muito sol ali, e todos se hão-de curar, esquecendo o pobre padroeiro, na grande voz do mar!

– A voz de Portugal!

(*apud* Nobre 2008 II: 194-195)

Matilde Bensaúde, talvez a primeira bióloga portuguesa de renome internacional, sintetiza muito bem numa carta, presente no XIII Vol. da *Correspondência*, a importância de Lopes Vieira para a Marinha Grande, na sequência de uma homenagem prestada pelo povo trabalhador:

Ponta Delgada, S. Miguel, Açores / 27 de Outubro de 1940.

Meu caro Poeta e velho amigo,

Vi no nosso jornaleco da ilha que os operários da Fabrica da Marinha Grande lhe tinham prestado uma homenagem, e depois vi porquê! Não posso deixar de lhe escrever para lhe dizer o prazer que tenho, em saber que a querida casa, onde passei horas tão felizes (no tempo em que se podia ser feliz, sem remorsos), vai servir para um fim tão bom e santo. A infelicidade do mundo, vem de que os homens se esquecem de que a virtude não é um luxo mas sim uma condição, *sine qua non*, de vida, para os povos, como para as famílias. O seu instinto do bem, levaram-no sempre pela mão através de todas as tentações de estetica pura, para o que é solidamente e verdadeiramente fundamental. Comove-me e atrai-me esse grande coração, que em vez de secar com os anos se torna sempre mais verdadeiramente bom. Por ser mulher, talvez, não posso deixar de ver nessa sua evolução constante para o bem, a influencia silenciosa, mas sempre igual e sincera de sua santa Helena. [...]

(esp. BML, *Cartas* [...], vol. XIII)

O povo da Marinha Grande mostrava-se assim reconhecido a um homem que tinha elegido esta terra por sua. Já antes, em 11 de novembro de 1938, Adolfo Laborinho Cardoso, notário, escrevia a ALV (no Vol. XI da *Correspondência*), a agradecer-lhe o seu testamento e a brilhante ideia do busto de Guilherme Stephens na praça da Marinha Grande, que tinha sido idealizado e planificado pelo poeta.

O Dr. Calazans Duarte tem também alguma correspondência com o poeta sobre a inauguração do busto de Guilherme Stephens (o fundador da *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*). A sua sensibilidade ia, pois, ao ponto de perceber que é à volta dos seus heróis-modelo que as vilas podem prosperar e comprometer-se numa grandeza superior a elas próprias.

No espólio da BMLALV, encontra-se ainda um manuscrito de 5 páginas, autógrafo do escritor, que julgo inédito, e que deve ter servido para um Discurso feito na Casa do Distrito de Leiria, a 29 de janeiro de 1941, onde se faz o elogio do Dr. Calazans Duarte, director da então *Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, e onde se reitera a honestidade do povo trabalhador desta terra. Se nos lembrarmos da muito antiga e um pouco maliciosa rivalidade entre Leiria e Marinha Grande (já para não citar o episódio

da revolução de 18 de janeiro de 1934, em que o Poeta defendeu a honestidade da população marinhense, contra as qualificações e autoritarismo políticos do Estado Novo, ou ainda a amizade com o director da circunscrição das matas nacionais António Arala Pinto, também ele conhecido como grande defensor da região)¹ compreenderemos melhor a importância desta, na aparência simples, referência feita pelo poeta de S. Pedro de Moel.

Em 22 de abril de 1941, o então Vice-Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Adriano Marques Roldão, escrevia para comunicar a decisão de conceder o nome do poeta à praça de S. Pedro de Moel. Eis as suas palavras, registadas no Vol. X da *Correspondência*:

Câmara Municipal da M^a Grande

Exm^o. Sr. Dr. Afonso Lopes Vieira / Rua da Rosa 7 / Lisboa

Tenho a honra e o prazer de levar ao conhecimento de V. Ex^a que a Camara da minha presidencia, em sua reunião ordinária celebrada em 17 do corrente, resolveu dar o nome de V. Ex^a. à praça da povoação da Praia de S. Pedro de Moel.

A Marinha Grande presta nesta simples homenagem a V. Ex^a. o testemunho da sua maior gratidão, pelo amor, carinho, pelo interesse, e pela justiça, que V. Ex^a. tantas vezes tem feito à nossa terra.

Quer a M^a. Grande que o nome de V. Ex^a. fique ainda mais ligado à Praia de S. Pedro de Moel que V. Ex^a. tanto adora, e aonde tem escrito as paginas mais brilhantes, da sua grande e incomparavel Obra.

Aceite V. Ex^a. os protextos [sic] da mais elevada admiração por V. Ex^a.

A Bem da Nação [...]

(esp. BML, *Cartas [...]*, vol. X)

No espólio da BMLALV encontrei 2 folhas com pautas e música, assinadas por José Vianna da Motta, uma com a data de setembro de 1929, identificada num autógrafo do poeta com *Casa de S. Pedro*, e a outra com a data de 9 de agosto de 1942, onde se pode ler, igualmente na sua caligrafia, *Voo em Casa de S. Pedro de Moel*.

Como estes, outros exemplares terão sido perdidos da memória de um tempo e das visitas, quase todas elas com nome artístico, que visitaram a casa de S. Pedro de Moel e lá encontraram motivos para a sua criatividade. Afonso Lopes Vieira esteve sempre rodeado de estetas que, como ele, só pela arte se podiam encontrar.

Lentamente e com vagares perfeccionistas, o *velho menino solitário*, foi transformando a Casa num *lugar literário*, incrustando-lhe referências implícitas ou explícitas à obra

¹ Leiam-se, a título de exemplo, as palavras do escritor na conferência "Passeio na minha terra": "[...] Eu sinto verdadeiro gosto em lembrar isto: as terras do Pinhal do Rei são tão honradas que não há nelas memória de um assalto. E, se um dia o houver, podemos ter a certeza de que foi feito por gente estranha à região. Há alguns anos o distinto engenheiro Arala Pinto, director da circunscrição florestal, promoveu um arraial público no parque pombalino do Engenho, com fins de filantropia. Estiveram ali, em noites sucessivas, milhares de pessoas — e não houve uma desordem, uma frase mal soante, um arbusto quebrado. Ainda hoje os portões do parque do Engenho, que levam às residências dos funcionários superiores, ficam abertos de noite, sem que um facto desagradável se haja produzido. É certo que o engenheiro Arala Pinto é simpático à população, o que demonstra mais uma vez — e ainda bem! — que é precário entre nós comandar sem se ser estimado. [...]" (Vieira 1942: 251-2)

literária que ia produzindo, como nos mostra a cerâmica de revestimento, a azulejaria e a cantaria já identificadas, e que há muito o espólio e a correspondência com os amigos comprovavam, se fossem dados a público:

[...] Acabo de erigir aqui na varanda o altar do Mar, com Camões, História trágico-marítima, um aquário de anêmonas e os mais lindos búzios e conchas da minha já vasta coleção (cerca de 100 búzios diversos). Como complemento do altar, o órgão de búzios, em que toco frases musicais, de coral, completas, e para que componho música. O órgão foi afinado pelo Francisco de Lacerda, há um ano. Assim brinca este velho menino solitário, que se basta misticamente a si próprio. [...]
(Excerto de Carta a Leonor Rosa, de 25 de julho de 1925, esp. BML, A115, nº. 33549)

O *harmonioso silêncio* deste lugar, como escreveria para o *Jornal de um Poeta*, era o que lhe permitia e alimentava o processo criativo literário:

Hoje dei um desses passeios donde a gente traz a impressão quase supersticiosa de ter comunicado com as Coisas. Segui o meu tão familiar caminho do *Pinhalinho*, nome q. as suas arvores sugeriram ha 60 annos, quando eram crianças semeadas depois dum fogo. Tão familiar q. não vejo velho tronco, rama de arbusto, ondulação de terreno q. me não sejam conhecidas e sempre novos. Estas ruas não têm monotonia, ou, se a têm, é uma monotonia irman da do mar, uma sempre mudante e embalante monotonia, sem nada de comum com a q. engendram os homens. Os passos do cavallo afundam-se na areia o bastante para não fazerem / ruido, e assim o silencio vivo da floresta nem por mim é perturbado para o meu incanto. Nunca conseguirei exprimir este silencio composto de tantas respirações misteriosas, de tanta *presença* das Coisas? Este duplo marulho do mar longinquo e das ramagens q. a aragem tange, esta sinfonia do Vago, cujo efeito musical é supremo?

Lento e profundo rebôo de orgam cuja harmonia
parece o longo, harmonioso bafo do mundo...

Nestes dois versos vive talvez um pouco a imagem daquella frase infinita. Mas são dois versos, e a imagem q. eu sonho deve ser bastante longa para sugerir o comprimento dos sons evocados e a sua interminavel ressonancia na nossa alma alongada de a ouvir... (*apud* Nobre 2005 II: 380-1)

Depois da morte do escritor seu marido, Helena Aboim Lopes Vieira quis que o legado do marido no testamento² tivesse efeito imediato, isto é, antes da sua própria morte, e em 26 de Setembro de 1947, junto do mesmo notário, reitera a Doação da Casa à Câmara Municipal da Marinha Grande, tendo a cautela de fixar algumas disposições, que se têm seguido até hoje:

[...] Que ao cuidado culto pela memória de seu saudoso marido e a plena concordância com a

² Tratava-se de um *testamento cerrado*, datado de **24 de Outubro 1938**, e só depois da sua morte foi aberto e lido, fazendo o documento da Doação da Casa, em **26 de Setembro de 1947**, por Helena de Aboim Lopes Vieira, referência a tal circunstância legal, com aquilo que julgamos ser o único texto conhecido e registado sobre o assunto: “[...] Que o falecido deixou testamento cerrado, por ele escrito e assinado aos vinte e quatro de Outubro de mil novecentos e trinta e oito, e aprovado por auto lavrado por mim notário, no meu cartório, nessa mesma data. Que a sua abertura se procedeu no meu cartório em dois de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e seis, tendo sido devidamente selado, registado e arquivado, como se alcança de folhas três a folhas seis, inclusive, do Livro de Autos de Abertura e Registo de Testamentos Cerrados número cento e noventa e cinco, do cartório notarial a meu cargo. Que nesse testamento fez legado à Câmara Municipal da Marinha Grande da propriedade em São Pedro de Moel, concelho da Marinha Grande, residência, capela e anexos, que confronta do norte com ruas, bem como do nascente, do sul com Rui de Abreu Lamas[?], e de poente com a praia de banhos, inscrita na matriz predial urbana, da freguesia da Marinha Grande, sob os artigos número mil setecentos e sessenta e um e mil setecentos e sessenta e dois [...]” (Doação 1947)

resolução por ele tomada ao fazer o legado já referido, são razões justificativas deste acto. Que, pela presente escritura e para todos os efeitos de direito, manifesta a sua aquiescência ao mencionado legado, sanando por esta forma a nulidade resultante da disposição feita por seu marido do aludido prédio de São Pedro de Moel à Câmara Municipal da Marinha Grande. Que ao manifestar a sua concordância com esse legado, supondo-se, melhor do que ninguém, fiel intérprete do pensamento de seu falecido marido, expressa à Câmara Municipal da Marinha Grande o desejo de que sejam observadas escrupulosamente as condições seguintes: [...] Que a “varanda e sala” do primeiro andar frente ao mar, se conserve no seu estado actual no que respeita a adorno e recheio, e que nenhum outro uso, incompatível com esta disposição, lhe seja dado. [...] Que na casa, anexos e jardim sejam proibidas “merendas” de forasteiros, ou festas que não sejam as próprias das crianças da Colónia Balnear, a que o prédio legado se destina. [...]

(Doação 1947)

Deve ser comentada esta atitude, também ela franciscana, que transformou em património cultural algo que era propriedade individual, tendo Helena Aboim abdicado de usufruir da Casa durante a sua vida. Deve ainda notar-se que o documento foi assinado pelo notário, Rui Laborinho Cardoso, e pelos amigos já antes referidos, e com quem Lopes Vieira em vida fazia uma parceria inteligente pela qualificação da região – Acácio Calazans Duarte e Adriano Marques Roldão.

3. Memória guardada: os livros e os museus.

Lopes Vieira conhecia bem a teia do esquecimento, e quis limpá-la da biblioteca de Rodrigues Cordeiro e da paisagem de S. Pedro de Moel e da sua Casa, partilhando-as com os outros, criando uma obra que atravessasse a poeira do tempo e devolvesse à comunidade o orgulho no património. Ainda em vida, participou na escrita do *Guia de Portugal* para guardar a memória do local de S. Pedro de Moel com o seu devido valor – turístico e cultural.

A ligação de Lopes Vieira a alguns intelectuais destacados, bem como a alguns locais de eleição, serviu esse propósito do paladino do *reaportuguesar Portugal, tornando-o europeu*. Quando a ideia do *Guia de Portugal* começou a germinar, os colaboradores contavam-se entre os intelectuais, cuja capacidade de trabalho e relacionamento com o mundo e a cultura (ligados à Biblioteca Nacional, ficaram conhecidos como *Grupo da Biblioteca*) Raul Proença³ conhecia sobejamente, nomes cruciais da intelectualidade portuguesa do início do século XX, como os de Afonso Lopes Vieira, Aquilino Ribeiro, Brito Camacho, Carlos Selvagem, Hernâni Cidade, Jaime Cortesão, João de Magalhães

³ Raul Proença, funcionário da Biblioteca Nacional de 30 de janeiro de 1911 a 15 de fevereiro de 1927. Depois da demissão de Fidelino de Figueiredo da direcção, em dezembro de 1918, Raul Proença ascendeu a chefe dos Serviços Técnicos, ficando Jaime Cortesão como Director. Seguiu-se um período de grande labor e desenvolvimento na Biblioteca Nacional, a que não são estranhas as inovações de carácter técnico e de reestruturação da casa levadas a cabo por Proença, norteado pelo objectivo fundamental da *educação*.

Júnior, Nicolau Bettencourt, Raul Brandão, Raul Lino, Reinaldo dos Santos, Rodrigues Miguéis e Vieira Natividade, entre outros.

Lopes Vieira participa no *Guia de Portugal*, no 1.º vol., de 1924, com artigos sobre "Sintra, impressão geral" e "Penha Verde"; no 2.º vol., de 1927, com "Mosteiro de Alcobaça" e "Pinhal de Leiria e S. Pedro de Moel"; e ainda no 3.º Vol., de 1944, com "Impressão geral de Coimbra". Durante os anos em que a sua colaboração se efectua, desenvolve uma larga correspondência com Raul Proença⁴, o grande responsável por esta edição notável, onde se podem ler as grandes hesitações de Lopes Vieira quanto à competência necessária para escrever alguns dos artigos, bem como uma interessante opinião sobre o valor literário da obra em questão, a que vaticinou o cognome de *Livro de Amor de Portugal* — o que nos permite aceitar a participação do escritor na obra como mais um contributo para o seu largo programa nacionalista. Aliás, é nessa qualidade que aparece acarinhado na dedicatória do 3.º vol. — "A Afonso Lopes Vieira e a Raul Lino que a acompanharam desde os primeiros vagidos com o carinho desvelado de Artistas e de Portugueses" — e ainda que faz parte de uma lista, presente na 2.ª ed. do 3.º vol., de *Entidades e pessoas a quem são devidos agradecimentos pelo concurso que, de algum modo, prestaram a este 3.º vol. do 'Guia de Portugal'*, onde aparece referido nestes termos: *Poeta Afonso Lopes Vieira, promotor devotado desta obra.*

Efectivamente, o artigo escrito por Lopes Vieira sobre *S. Pedro de Moel* devolve-nos a imagem de simbiose perfeita entre o autor-viajante e o espaço paradisíaco onde focalizou o seu olhar. Para ele, o *Guia* era a corporização prática dos ideais nacionalistas em que acreditava, pois permitia o reconhecimento dos lugares telúricos como afirmações de uma identidade e tradição cultural geograficamente enraizadas. Não se pense, porém, que o escritor sucumbe à veia poética — no artigo apenas aparece um excerto do poema *Pinhal do Rei*, em nota de rodapé. Todas as informações procuram seguir um estilo objectivo, descritivo, pormenorizado e profusamente ilustrado, largamente documentado em fontes históricas portuguesas, tanto antigas como contemporâneas, como se pode perceber desde as primeiras linhas:

Da Marinha Grande a S. Pedro de Muel, pelo pinhal de Leiria (1).

⁴ Veja-se sobretudo o capítulo integralmente dedicado a essa correspondência, num trabalho académico fundamental - PRISTA, Luís (1992) "5. Afonso Lopes Vieira" in *Para a edição do Guia de Portugal*, Fac. de Letras da Un. de Lx., dissertação de mestrado, pol., pp. 143-69.

Saindo da Marinha Grande, pelo S. da vila, encontra-se a estrada florestal (constr. em 1881), sempre bem conservada, que conduz a S. Pedro de Muel. À entr. da mata vê-se um dos seus postos fiscais (Guarda Nova). Os carris são do Decauville do serviço de exploração.

É neste *trajecto* que pode ter-se uma intensa visão do **Pinhal de Leiria**, o mais vasto maciço vegetal do País (17 Km. do compr. N.-S. por 5 de larg. E.-O-, sup. de 9315 hectares). Decerto anterior a D. Dinis, que teria regularizado e intensificado as sementeiras, o pinhal de Leiria é também um padrão de história, intimamente ligado ao ciclo dos Descobrimentos nacionais, como havendo fornecido a madeira dos navios. [...]

(1) Por Afonso Lopes Vieira in *Guia de Portugal, vol. II. Estremadura, Alentejo, Algarve*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927: 648.

Embora tivesse acalentado dúvidas sobre a sua própria capacidade de redigir artigos técnicos, como são necessariamente os destinados à literatura da especialidade geográfico-turística, Lopes Vieira demonstra nesse artigo um equilibrado esteio de viajante, complementado com uma rigorosa investigação e enriquecido com uma postura de moderno homem de acção sempre pronto a intervir pela defesa do património amado. Leia-se o aditamento que escreveu acerca de um dos percursos descritos no Pinhal de Leiria, revelador de um posicionamento crítico perante os critérios usados pela própria administração daquela Mata Nacional:

(Já depois que estas linhas se achavam escritas, a estrada foi destruída na sua principal beleza pelos cortes. Todavia, teria sido bem natural e humano que o *ordenamento*, determinado há cerca de 50 anos pelo sábio silvicultor Barros Gomes, se houvesse modificado, por inteligente deliberação ulterior. Assim a burocracia de Lisboa vai reduzindo uma estrada, que era interessante na Europa, a uma triste charneca!)
(*Guia de Portugal II* 1927: 650)

A postura crítica e defensiva de Lopes Vieira havia de fazer-se ouvir pelos anos fora, reflexo da mais global missão de guardião dos valores portugueses. É significativa a sua insistência em padronizar o espaço provinciano e patriótico pelo espaço mais alargado, o da Europa, numa inteligente clarividência do eclético homem de cultura capaz de situar os seus atávicos deslumbramentos pela paisagem onde nasceu na mais abrangente e objectivável dimensão da paisagem total.

Assim, e após alguns episódios, interessantes e mais ou menos caricatos, quanto ao financiamento das obras para transformação dos anexos da Casa em Colónia Balnear, tal como hoje existentes, no dia 1 de agosto de 1949 inaugurava-se a Colónia Balnear Dr. Afonso Lopes Vieira, na casa de S. Pedro de Moel⁵. Por vontade expressa da viúva,

⁵ Embora não exista muita informação sobre este assunto, há 2 documentos que nos mostram a presença efectiva de Raul Lino nesta obra de adaptação, bem como a associação do Fundo Industrial Vidreiro na abertura da Colónia Balnear. Um dos documentos intitula-se “Descriminação da adaptação a fazer nos anexos da casa de S. Pedro a instalações da Colónia de Férias para crianças da MARINHA GRANDE”, sendo constituído por 15 alíneas, com a datação de “Marinha Grande, **20 de Abril de 1949**”. Trata-se de um documento dactilografado, embora não assinado. O segundo documento intitula-se “Projecto da adaptação dos anexos da Casa de S. Pedro a instalações da Colónia de Férias para crianças na Marinha Grande, em S. Pedro de Moel.” Está redigido numa folha com o carimbo de Raul Lino, apresentando a sua assinatura e o projecto arquitectónico do espaço, com a datação “Lisboa, **Março de 1949**”. Há ainda uma folha da CMMG, com o horário da Colónia Balnear, apresentando no final as duas entidades ligadas

a casa não voltou mais a ser habitada até à sua morte, em 12 de Agosto de 1955, altura a partir da qual a Casa passa a estar à disposição do visitante, embora sem nunca ter tido o estatuto oficial de museu.

Seguiu-se um período mais ou menos obscuro, não documentado nos dados do Arquivo Municipal, com uma história por escrever, e só parcialmente recuperável através da memória de algumas pessoas ainda vivas, designadamente Mestre Joaquim Correia e a Sr.^a D. Helena Barradas, afilhada predilecta e que viveu com a família desde tenra idade até alguns anos depois do casamento. Nunca existiu um horário rígido de visita, e a Casa era esporadicamente visitada por quem manifestava intenção de o fazer, apenas durante a época balnear, período durante o qual a Colónia Balnear se encontrava em funcionamento.

Pelo alto nível cultural alcançado e também pelo contributo para a divulgação turística da região, devem destacar-se os dois *Festivais de São Pedro de Moel*, de 1961 e 1966, organizados por Mestre Joaquim Correia e exemplo vivo de revivificação do património cultural, na esteira do bom gosto e do amor pela causa artística do próprio Lopes Vieira (Nobre 2003: 187-196). Deu-se continuidade a esse culto pelas artes na sua praia, e organizou-se um “FESTIVAL DE SÃO PEDRO DE MOEL”, que foi levado a bom termo em 12 de agosto de 1961. No folheto publicitário pode ler-se:

Em homenagem a Afonso Lopes Vieira se realiza este festival e é inaugurado o busto do poeta, na praça que tem o seu nome, em S. Pedro de Moel.

Desse festival fizeram parte representações do Teatro Vicentino, uma das campanhas mais acerrimamente defendidas em vida do escritor, com as peças *Monólogo do Vaqueiro*, *Todo o Mundo e Ninguém*, *Auto da Alma*; Música (*Canções de Saudade e Amor*), Dança (*A Dança do Vento*, *Três Danças Antigas*), e a inauguração do busto, obra de um filho da terra escolhido pelo poeta para viver na sua casa do Largo da Rosa, em Lisboa, o escultor e mestre Joaquim Correia, que tão bem soube interpretar a imagem de um homem com quem privou de perto e que contribuiu em muito para que os seus estudos artísticos tenham sido uma realidade.

Depois deste realizou-se ainda uma segunda iniciativa, em 13 de agosto de 1966, o “II FESTIVAL DE SÃO PEDRO DE MUEL”, mas aos poucos estas iniciativas de índole

ao assunto: “Câmara Municipal e Fundo Industrial Vidreiro da Marinha Grande, 1949”. Ao que tudo parece indicar, este documento é a primeira (e única...) planificação a documentar historicamente o funcionamento e a inauguração da Colónia Balnear.

cultural acabaram por ir morrendo⁶.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, a Casa terá sofrido alguma desatenção⁷ e acabou por ser fechada ao público por manifesta incapacidade de controlo do recheio e por degradação acentuada do imóvel. Aliás, já entrado o século XXI, a própria Colónia Balnear deixa de receber crianças durante alguns anos, enquanto as obras de restauro não garantem a segurança do local.

No entanto, a figura do escritor Afonso Lopes Vieira, muito esquecida depois de 1974 e só episodicamente lembrada por personalidades importantes da vida pública portuguesa (cf. Nobre 2005 I e II), não tinha sido completamente abandonada e algumas iniciativas – culturais, académicas e turísticas – contribuíram para a devolver à actualidade. Em 2003, sob a égide do programa “Rota dos escritores do século XX”, projecto de dinamização e intervenção cultural e social concebido e desenvolvido pela Comissão de Coordenação da Região Centro, ligado na sua primeira fase aos eventos comemorativos de *Coimbra, Capital Nacional da Cultura*, organizou-se e criou-se uma exposição itinerante sobre Afonso Lopes Vieira⁸, e editou-se a monografia de Cristina Nobre *Passeio sentimental de Afonso Lopes Vieira* (2003).

A Casa-Museu Dr. João Soares, nas Cortes, comemorou os 125 anos do nascimento do seu patrono, organizando duas exposições – uma sobre aspectos da intimidade (junho de 2003) e outra sobre a obra publicada (outubro de 2003) – à volta de Afonso Lopes Vieira, nascido no mesmo ano do conterrâneo homem de leis. Este conjunto de actividades e produtos culturais despertou e alargou o interesse da comunidade por este património material e imaterial.

O interesse e a curiosidade cultural do público por um espaço com tantas potencialidades museológicas como a casa-nau, mas fechado – embora tivesse sido já sujeito a uma primeira fase de restauro das infra-estruturas básicas, nomeadamente o telhado – fez com que, no verão de 2004, a Câmara acedesse a vários apelos e se arriscasse à abertura do espaço da Casa apenas com a mostra dos 16 painéis

⁶ A tal ponto estas iniciativas são consideradas momentos memoráveis com valor histórico que, recentemente, em 15 de agosto 2011, o Museu Joaquim Correia levou a cabo uma “Sessão de Evocação de Afonso Lopes Vieira”, em cujo programa não se descurou a “Mostra de slides do Festival de São Pedro de Moel (Árvores) da década de 1960”, revelando assim a urgência de dar relevo histórico, consistente, a eventos fundamentais na memória cultural de um espaço. Mestre Joaquim Correia formulou o desejo de que eventos deste tipo façam parte do projecto da CMLALV, vindo a acontecer anualmente.

⁷ Falou-se inclusivamente em delapidações, mas, se aconteceram, foram muito menos do que se pensava, a julgar pelo nível de recuperação alcançado em (8 de julho) 2005, aquando da inauguração oficial da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira.

⁸ Exposta na sala de exposições temporárias da BMLALV, entre 26 de janeiro de 2003 e 16 de fevereiro de 2003, com circulação pelos outros seis municípios implicados neste programa cultural com os escritores: Aquilino Ribeiro; Carlos de Oliveira; Eugénio de Andrade; Fernando Namora; Miguel Torga e Vergílio Ferreira.

constitutivos da Exposição itinerante da “Rota dos escritores do século XX”, cedidos pela Câmara Municipal de Leiria. Com esta aproximação primitiva e rudimentar, deu-se, provavelmente, um dos primeiros passos para a consolidação e germinação de uma estrutura museológica a queurgia dar vida.

Também o folheto do “Roteiro Cultural” da responsabilidade da Região de Turismo Leiria-Fátima, *Passeio nas terras de Afonso Lopes Vieira* (2004), com textos de Cristina Nobre, pode ter contribuído para criar uma espécie de apetência cultural pelo usufruto público de um *lugar literário*, cada vez mais relacionado com uma atracção turística destacada⁹.

Com as obras de restauro e conservação da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira concluídas em 2005, estabelece-se um novo marco na história deste património material, pois se inicia um período de abertura ao usufruto cultural de um bem patrimonial que, por razões diversas, tinha estado vedado ao público. As hipóteses múltiplas de participar em e contribuir para um desenvolvimento cultural sustentado da região são facilmente identificáveis e a atracção do turismo cultural por este tipo de *lugares literários* tem sido muito estudada nos últimos anos.

Se exceptuarmos o rei D. Dinis (1261-1325), culturalmente ligado ao *Pinhal de Leiria* ou *Pinhal d’el-rei D. Dinis* (como a tradição popular prefere chamar-lhe), ou Francisco Rodrigues Lobo (1573?-1622) (cf. André 1995: 17-38), só a figura de Afonso Lopes Vieira alcançará dimensão nacional e europeia e se constituirá como motivo de orgulho e afirmação cultural da região leiriense, onde nasceu em 26 de janeiro de 1878, e onde passou algum do seu tempo mais produtivo em termos artísticos. Assim, a recuperação da casa-nau, como o escritor a baptizou, aparecia como o *lugar literário* por excelência, onde uma grande parte das suas obras foram sonhadas, pensadas, esboçadas, delineadas, escritas e reescritas até à publicação, com cuja edição nunca ficava satisfeito. Entendida como local de criação preferido do escritor, organismo quase-vivo de cuja pulsação o escritor necessitava para criar e até para dormir sem sobressaltos¹⁰, o coração da casa

⁹ Não quero de modo algum menosprezar o papel dos meios de comunicação social neste movimento de enfoque na CMALV, em S. Pedro de Moel, como um apetecível lugar com potencialidades de ligação ao turismo cultural. Várias entrevistas feitas a Cristina Nobre e artigos sobre a Casa foram publicados na imprensa periódica distrital durante os anos de 2000 a 2005. Devo destacar, pela sua importância cultural, o programa televisivo “Acontece” (RTP2), que transmitiu uma edição especial em 18 de julho de 2000, sobre a BMLALV, com sugestivas imagens sobre a Casa e o abandono em que então se encontrava.

¹⁰ O modo como Lopes Vieira vivia a transição de Lisboa para S. Pedro de Moel ficou muito bem descrito no excerto *Do Jornal de um Poeta*, publicado no jornal *A Lucta*, de 20 de agosto de 1909. Leia-se apenas o seguinte excerto, onde a paisagem e a casa-nau são impressionistas pinturas da relação do homem com o meio: “Chego de Lisboa à praia e à floresta. Que expansão de encanto na minha alma! Logo que aqui estou, o meu verdadeiro ser apossa-se de mim, e tenho a satisfação singular de me começar a sentir, com meus defeitos e virtudes. § Isto está delicioso de solidão e silencio. Não há ainda a

ficará ligado à varanda aberta sobre a praia e o oceano. Aí, mais propriamente no divã *tumular*, terá encontrado o ambiente inspirador para a sua poesia, sobretudo a de raiz marítima, aquela em que o mar pulsou no ritmo do seu sangue.

Daí que a casa possa ser entendida como um local de *peregrinações literárias*, uma das formas de entender actualmente a revivificação do património cultural.

4. Memória oficialmente viva: a Casa-Museu Afonso Lopes Vieira [CMALV]

Uma das linhas da recuperação da Casa como espaço museológico, em 2005, foi a devolução com rigor e fidelidade a um estado original, o tempo em que o seu proprietário habitava a casa e dispunha a orientação, dinâmica e enriquecimento do espaço com a sua sensibilidade de artista e eclético homem de cultura, bem como a manutenção dos desígnios deixados pelo patrono para o local.

Não existem hoje ilusões sobre a impossibilidade de regressar ao *tempo perdido* apenas através da materialidade espacial. No entanto, o conceito de *peregrinações literárias* (Herbert 2001: 312) está hoje em voga, e pode ser entendido como uma busca de diferentes formas de espiritualidade. Assim, o turismo cultural tem canalizado muita da procura turística cultural e intelectual para estes novíssimos *santuários literários*, ligados a um escritor e ao ambiente evocativo da sua obra. Os *lugares literários* deixam progressivamente de ser apenas acidentes históricos, lugares do nascimento, da criação artística ou da morte de um escritor, para passarem a construções sociais, criadas, amplificadas e promovidas para atrair visitantes.

A expectativa é a de que o *bem cultural*, no caso em questão, um legado de Lopes Vieira à edilidade da Marinha Grande, se transforme num *capital cultural*, capaz de exercer os papéis de pólo cultural da região e libertar meios de financiamento que continuem a permitir a conservação, renovação e vitalidade do património existente. Esta lógica de sustentação e de auto-financiamento é cada vez mais inflexível e arrebatadora nas modernas sociedades de consumo cultural. Sem confundir a capitalização cultural de um local deste teor com uma mercantilização abusiva da herança patrimonial, que lesaria simultaneamente a memória do escritor-testamentário e

vulgaridade. Com que prazer vesti o meu velho fato e as polainas de couro roçadas do mato! Nós, nas cidades, afogámos as almas também com os nossos colarinhos. [...] § Hontem, à chegada, a própria luz teve para mim encantos de coisa inédita. A primeira surpresa, à saída das cidades, é o crepúsculo. Há muitos mezes que eu não via anoitecer, e não via estrelas cuja intimidade é discreta e faz scismar. [...] § Só o mar, por enquanto, me inquieta, porque o oiço sempre... E a sua musica perturba-me como se eu habitasse dentro de um búzio." (*apud* Nobre 2005 II: 386)

a da população-herdeira – tarefa que deveria ser assegurada por um programa museológico¹¹ e um grupo ou uma comissão científica, com capacidade e autoridade para propor e promover uma agenda de eventos culturais em relação com os propósitos e objetivos definidores da CMALV e os interesses das diversas comunidades – analisarei o que tem sido feito até ao momento, para delinear o nascimento de uma linha de investigação capaz de fundar o inventário científico deste núcleo museológico.

O que foi já feito, afinal, em direção ao caminho enunciado do *bem cultural* transformado em *capital cultural*? Na verdade, algo, e de qualidade, se realizou durante estes seis anos de vida da CMALV.

No verão de 2005, inaugural, as tertúlias dedicadas à vida e à obra do escritor-patrono reuniram intelectuais e académicos destacados como os professores Aníbal Pinto de Castro, José Carlos Seabra Pereira, Carlos Ascenso André e Cristina Nobre, o crítico António Valdemar e Joana Varela, directora da revista *Colóquio/Letras*, e personalidades ligadas à intimidade do poeta como os seus dois afilhados mais próximos, mestre Joaquim Correia e Helena Barradas. Estas tertúlias foram um convite a que a população, de forma informal, usufruísse da cultura do local e dos convidados, numa iniciativa rara no domínio das ofertas turísticas de praia em época balnear. Por gentil colaboração do engenheiro Adriano Monteiro, que cedeu uma parte do seu espólio de bibliófilo, esteve presente durante todo o verão de 2005, uma exposição com uma selecção bibliográfica de primeiras edições de Afonso Lopes Vieira e alguns exemplares da imprensa da época com notícias e recortes sobre o escritor (exposição que se manteve durante todo o verão de 2006).

Em julho de 2006 inaugurou-se uma exposição de fotografias inéditas de Afonso Lopes Vieira (herdadas por Helena Barradas), sobre a intimidade familiar e algumas das suas paisagens preferenciais, e editou-se o catálogo da exposição, intitulada *Impressões do olhar. Exposição de fotografia de Afonso Lopes Vieira (2006)*¹². Em 2008 constituiu-se uma exposição sobre a vida e a obra do patrono, a partir da publicação da *Fotobiografia de Afonso Lopes Vieira (2007)*, por Cristina Nobre, bem como uma tertúlia sobre o

¹¹ Ao programa museológico, que urge delinear, caberá a definição dos objectivos, vocação, eixos programáticos (tanto no que diz respeito à exposição como aos conteúdos) e áreas funcionais (tanto na cultura, como na educação ou na investigação, e ainda nos serviços) da CMALV. Este programa museológico será sempre da responsabilidade da Câmara, embora deva existir sintonia com o parecer da comissão científica.

¹² A publicação deste catálogo, da responsabilidade da Câmara Municipal da Marinha Grande, coordenado por Catarina Carvalho, contou com a colaboração de Cristina Nobre, Helena Barradas, Joaquim Correia e Adriano Monteiro. No dia da inauguração, juntamente com o catálogo, foi distribuída uma cópia fac-similada do artigo da *Ilustração Portuguesa*, de 1909, “Photographia Moderna – com clichés inéditos do auctor”, sobre as experiências fotográficas de Afonso Lopes Vieira.

documento em questão, com a autora, o Professor Carlos André e o editor Fernando Mendes.

Nesse mesmo ano efectivou-se a doação do benemérito Sr. Carlos Vieira de um acervo considerável de espólio documental à CMALV, tendo-se dedicado uma das divisões do edifício à exposição desses bens¹³. O mesmo mecenas, em 2010, doou um conjunto de documentos gráficos, cartas e postais, livros e fotografias¹⁴, que ficaram expostas na divisão que teve as funções de quarto de dormir do escritor e hoje se assume como sala

¹³ A colecção documental doada à CMALV por Carlos Vieira formalizou-se a **19 de julho de 2008**. Em reunião da CMM^aG, de 07 de fevereiro de 2008, foi “presente documentação relativa à doação de bens com interesse histórico e documental à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira por parte do Sr. Carlos Vieira: [...] Atendendo à importância deste conjunto de bens com interesse histórico, documental e museológico para a vocação e objectivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira propõe-se a aceitação dos bens e a integração do acervo na respectiva Casa-Museu. A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera [...] aceitar a doação supra-referida, uma vez que se trata de um conjunto de bens com interesse histórico, documental e museológico para a vocação e objectivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, que devem ser estudados e conservados para a posteridade.” (CMMG, *Minuta de Deliberação – Aceitação de Doação à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira por parte do Sr. Carlos Vieira*, 07/02/2008). Esta doação foi formalizada em contrato de doação assinado a 19 de julho de 2008: “Aos 19 dias do mês de Julho de 2008 é celebrado o presente contrato de doação [...] 1 – Carlos José Gomes Vieira, [...] na sua qualidade de legítimo proprietário e legítimo possuidor dos bens que a seguir se passam a descrever: [28 fotografias; 19 postais; 8 cartas; 2 efemérides e 4 livros]... 2- Declara que de sua livre vontade, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, desejando contribuir para o progresso cultural e preservação dos mesmos, doa os bens supra mencionados à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira da Câmara Municipal da Marinha Grande. 3 – Para tal entrega na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira os referidos bens, transmitindo-se a sua propriedade ou a titularidade do direito para a Câmara Municipal da Marinha Grande, que os vai utilizar para fins exclusivamente museológicos. [...] A Câmara Municipal da Marinha Grande, na qualidade de donatária, neste acto representada pelo seu Presidente Alberto Filomeno Esteves Cascalho, em cumprimento da deliberação [...] de 07 de Fevereiro de 2008, verificou o interesse dos objectos acima descritos e aceita a presente doação, destinando os bens a fins exclusivamente museológicos.” (CMMG, *Contrato de doação*, 19 de julho de 2008)

¹⁴ A 3 de março de 2010, Carlos Vieira escreve ao Presidente da CMM^aG, Dr. Álvaro Pereira: “[...] no seguimento do que tenho feito no passado recente e dentro do meu espírito filantrópico de enriquecer o património da Casa Museu Afonso Lopes Vieira, estou a doar: [23 livros; 5 postais; 1 retrato de Afonso Lopes Vieira por António Carneiro (cópia) e 6 quadros com fotografias de S. Pedro de Moel] [...] A sala que ali [na Casa Museu Afonso Lopes Vieira] tem o meu nome por especial deferência desse Município, devido às minhas doações de livros e documentos pessoais adquiridos anonimamente, poderá ser agora melhorada com estas novas obras e os quadros (fotos) poderão ser colocados em local que a vossa Museóloga considerar mais convenientes. [...]” Em reunião da CMM^aG, de 24 de junho de 2010, foi apresentada a intenção de Carlos Vieira em doar os bens à CMALV e “[...] Atendendo à importância deste conjunto de bens com interesse histórico, documental e museológico para a vocação e objectivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, venho propor a aceitação dos bens e a respectiva integração no acervo do mesmo. A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera [...] aceitar a doação supra referida, uma vez que se trata de um conjunto de bens com interesse histórico, documental, artístico e museológico para a vocação e objectivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, que devem ser estudados e conservados para a posteridade, destinando-os a fins exclusivamente museológicos, [...]” (Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/06/2010, Acta nº 17). Esta doação foi formalizada em contrato de doação assinado a **7 de agosto de 2010**: “Aos sete dias do mês de Agosto do ano de 2010, é celebrado o presente contrato de doação [...] 1 – Carlos José Gomes Vieira, [...] na sua qualidade de legítimo proprietário e legítimo possuidor dos bens que a seguir se enunciam [...]. 2 – Declara que, de sua livre vontade, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, desejando contribuir para o progresso cultural e preservação dos mesmos, doa os bens supra mencionados à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira da Câmara Municipal da Marinha Grande. 3 – Para tal, entrega na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira os referidos bens, transmitindo-se a sua propriedade ou a titularidade do direito para a Câmara Municipal da Marinha Grande, que os vai utilizar para fins exclusivamente museológicos. [...] A Câmara Municipal da Marinha Grande, na qualidade de donatária, [...] verificou o interesse dos bens acima descritos e aceita a presente doação, destinando a mesma a fins exclusivamente museológicos.” (CMMG, *Contrato de doação*, 7 de agosto de 2010)

de exposição temporária (tendo já albergado várias exposições, como se vê nos programas culturais da edilidade).

No final de todos os verões, a CMALV tem sido visitada por grupos de estudantes de diversas nacionalidades, ligados ao IPL através do programa Erasmus¹⁵, ou do curso de Tradução/Interpretação Português-Chinês, em visitas guiadas com tradução simultânea em inglês, contribuindo assim para um alargamento cultural internacional. Várias tertúlias foram organizadas, com diversas temáticas, algumas delas em articulação com outras estruturas e instituições culturais da região, como a Casa-Museu Dr. João Soares, e o dinâmico grupo dos Serões Literários das Cortes, co-responsáveis pelo alargamento do âmbito de actuação cultural, incluindo-se o lançamento de livros de autores da região ou eventos culturais de algum modo relacionados com a CMALV.

Ainda durante o mês de agosto de 2011, produziu-se *in loco* um documento audiovisual, com entrevistas feitas por Cristina Nobre a Mestre Joaquim Correia e D. Helena Barradas sobre a história da Casa e de alguns dos objectos que fazem parte do acervo museológico da CMALV, da responsabilidade do projecto CLL. Estas entrevistas funcionam como produto informativo de qualidade, auxiliar fundamental sobre a memória deste espaço e dos homens que o habitaram. Transforma-se, assim, em património aquilo que a memória perderia inevitavelmente (*vide* www.afonsolopesvieira.ipleiria.pt).

Efectivamente, a informação sobre os objectos pertencentes ao inventário da casa é praticamente nula até ao momento – com excepção do Roteiro de 2010 já referido – e, uma vez que os objectos tendem a degradar-se a partir das suas condições originais, há que submetê-los a análises, restauração e investigação, de tal modo que a perda progressiva das características físico-químicas originais seja compensada por um aumento substancial qualitativo da informação (Hernández 2001: 135). Uma vez que não há nenhum livro de registos, inventário ou catálogo feito até ao momento, e que não possui pessoal qualificado e permanente, a CMALV deve realizar algum tipo de controlo sobre o seu património. A investigação das colecções da CMALV é um projecto de investigação do IPL que pretende, assim, colmatar as necessidades da comunidade e a ausência de especialistas que redundou na quase total ausência de

¹⁵ Veja-se o artigo de Nobre 2010: 175-184, em que é estudado o “Alvorecer do turismo cultural” na CMALV, e se faz o estudo das receitas e visitas durante os anos de 2005-2006. Aí se pode concluir que os 14 países representados como público visitante – Alemanha; Bélgica; Brasil; Canadá; Dinamarca; Espanha; EUA; Finlândia; França; Holanda; Inglaterra; Irlanda; Itália; Polónia – evidenciam possibilidades muito diversas de colaboração e intercâmbio, embora o predomínio de franceses, espanhóis e ingleses justifique que as primeiras abordagens nesta área sejam feitas com estruturas europeias mais próximas.

processos de documentação e estudos sobre o acervo da CMALV.

Se exceptuarmos o quase rudimentar inventário, manual, realizado em 1997/1998, tão informalmente que não existem registos sobre as decisões que a ele levaram ou qual o pessoal qualificado que o realizou, e dada a inexistência de *Livro Geral de Inventário* da Casa-Museu¹⁶, nada existe como sistema de documentação desta memória patrimonial. Assim, ao propor fazer o inventário das colecções da CMALV, este projecto de investigação está, pela primeira vez, a recuperar dados, fixando-os no presente estudo e nas fichas de inventário produzidas, procurando que o grau de conhecimento sobre as colecções seja sólido, consistindo no primeiro sistema de documentação que facilitará o acesso e estudo da CMALV, abrindo-a a estudos e investigações futuros, capazes de completar o presente estudo.

Sendo a colecção CMALV constituída maioritariamente pelo legado testamentário de Afonso Lopes Vieira (a casa com todo o acervo que albergava em 1947, cujo registo não existe), a doação de particulares passou a ser um meio de aumentar o património, iniciado em 2008, com a importante e inaugural doação de um espólio documental por Carlos Vieira. Até ao momento não há registos de depósitos, isto é, de colocação de algo na CMALV durante um tempo mais ou menos longo, podendo ser retirado a qualquer momento pelo seu proprietário (Hernández 2001: 145), embora se devam considerar como pertencentes a essa categoria a documentação de Adriano Monteiro exibida durante dois anos, ou as fotografias de Helena Barradas que estiveram expostas na exposição *Impressões do olhar*. De igual modo, também não há registos de Empréstimos, o que, juntamente com a inexistência de um livro de registos ou inventário, impede que o controlo do património alguma vez possa ter sido feito com rigor.

Optou-se por atribuir uma numeração a cada uma das peças, sequencial a partir da dos únicos objectos (apenas a Cerâmica de Revestimento, i.e., azulejos e cantaria) estudados e devidamente inventariados em 2008/2009, englobando-a nas Categorias – Pintura,

¹⁶ Por vezes este documento pode aparecer com a designação de *Livro de Tombo* ou *Livro de Registo*. O *inventário do espólio museológico* – assim é intitulado o documento a que nos referimos – é constituído por três dossiers A4, com fichas manuscritas de peças, datados entre **janeiro de 1997** e **abril de 1998**. A organização destas fichas mostra que já houve uma intenção declarada de categorizar o trabalho de inventário e, curiosamente, todas as fichas aparecem com o cabeçalho: “Câmara Municipal da Marinha Grande / DASC [Divisão de arquivo e serviços culturais] – projecto Núcleo de Arquivo e Documentação / Casa-Museu Afonso Lopes Vieira / Inventário do espólio museológico” – donde se conclui que a designação Casa-Museu já existia antes de 2005, embora oficialmente não se conheça nenhum registo disso. Este inventário manuscrito atribui um número novo às peças descritas, mas faz referência a um inventário anterior, de **1951**, de cuja existência se desconhece o paradeiro. O actual inventário regista estas ocorrências, estabelecendo os registos que permitirão a primeira comparação entre a memória dos fundos anteriores a 2011 e os actuais, registados por este projecto.

Desenho, Têxtil, Mobiliário, Instrumento Musical, Gravura, Espólio Documental, Escultura, Fotografia, Cerâmica de equipamento, Metais, Medalhística, Instrumentos Científicos, Equipamentos e utensílios, Trajes, Brinquedos – definidas criteriosamente pelo IMC. A estas categorias acrescentou-se a de Espólio Malacológico, por se considerar fundamental neste acervo museológico. Do mesmo modo a descrição de cada peça segue as orientações dos respectivos catálogos do IMC, e a história / datação da peça inventariada procura reconstituir a informação que se possui até ao momento, estabelecendo as interligações com outros objectos artísticos.

Seguiram-se as directrizes actuais para a museologia, pois é assim que Hernández, no *Manual de Museología* (Hernández 2001: 160) resume a função da investigação nos museus:

Una visión globalizada del museo nos lleva a situar la investigación en relación con las restantes funciones del mismo. Partiendo de la afirmación que ‘en el nuevo museo la investigación es el instrumento que posibilita la conservación, comunicación y exhibición de sus contenidos culturales (Cabrera, 1992: 11), un primer paso a dar debe ir dirigido a la consecución del conocimiento de las colecciones a través del análisis y contrastación de sus resultados. De hecho, una de las tareas propias que se le asignan más directamente a la investigación es la elaboración de los instrumentos de descripción y catalogación para el estudio científico de los fondos.

Procura-se, deste modo, efectivar três objectivos: assegurar uma necessidade interna da CMALV, inscrevendo-a legalmente como património na memória colectiva; alargar o seu acesso e uso ao público; estabelecer sistemas integrados de informação que poderão vir a ser partilhados com outros museus (objectivo primeira e futuramente dependente de uma rede informática de divulgação do IMC).

Estamos, assim, a trabalhar para um primeiro passo na informatização das colecções, o que se designa como “informática da comunicação” e que pretende revalorizar os fundos dos museus¹⁷. Além da representação numérica, os fundos deveriam poder reutilizar-se sob distintos suportes, ou seja, permitir que uma peça seja representada através de imagens, textos ou sons, facilitando o acesso multimédia através da gestão electrónica das colecções. Só assim poderemos efectivamente estar a colaborar com uma comunidade e públicos alargados.

Além desta análise e estudo dos fundos da CMALV, esta investigação tem como

¹⁷ Leia-se o que a este propósito é dito nas *Normas Gerais de Inventário. Artes plásticas e artes decorativas*, ainda pelo IPM, em 2000: “[...] o IPM, ciente de que, para a maioria dos museus, a transposição do inventário para suporte electrónico constitui actualmente um objectivo primordial, e procurando concretizar competências que lhe foram consignadas pela Lei Orgânica de 26 de Junho de 1997, elaborou o presente caderno de normas gerais de inventário. § Este documento pretende, por um lado, divulgar normas e conceitos internacionalmente aceites e adoptados e, por outro, constituir um auxiliar de consulta rápida para todos os museus que agora iniciam o inventário das suas colecções ou que procedem à informatização do mesmo.” (*Normas Gerais* 2000)

objectivo evidenciar a necessidade de outros e futuros projectos que permitam completar, actualizar, interpretar e ampliar o horizonte do acervo CMALV e tenham correspondência com os planos nacionais e internacionais de investigação museológica. Pretendemos que a colaboração entre a instituição de ensino superior, o IPL, e a edilidade contribua para alargar o conhecimento patrimonial das comunidades envolventes e abra novas e diferentes vias de organização e divulgação dos bens patrimoniais e culturais.

Hernández di-lo duma forma contundente, mas há que evitar que os únicos projectos de investigação ligados aos museus sejam individuais:

Además del análisis de los fondos, los museos deben realizar investigaciones en el área de su competencia, que implica la programación de proyectos que permitan completar, actualizar, interpretar y ampliar el horizonte de sus propias colecciones y puedan ser incluidos dentro de los planes nacionales e internacionales de investigación. La ausencia de proyectos por parte de las instituciones museísticas nos lleva a reflexionar sobre qué lugar ocupa la investigación individual y personal, realizada por algunos profesionales que tienen un valor indiscutible al desarrollarla en horarios fuera del trabajo. (Hernández 2001: 162)

De seguida, encontram-se os resultados das investigações e dos estudos interpretativos realizados sobre as peças / os fundos do acervo ou colecção CMALV, as inquietações e problemáticas encontradas, na edificação deste lugar literário, seguindo-se a leitura possível do lugar: os estudos repartidos tematicamente pelas categorias de inventariação, recomendados e definidos criteriosamente pelo IMC, e uma aproximação conclusiva sob a forma de tributo.

BIBLIOGRAFIA

- VIEIRA, Afonso Lopes,
1897, [PQ?] *PARA QUÊ?*, Livro Escripto por Affonso Lopes-Vieira, ed. F. França Amado, Coimbra.
1922, [DG] *EM DEMANDA DO GRAAL*, Soc. ed. Portugal-Brasil, Lx.
1927, "MOSTEIRO DE ALCobaça" e "PINHAL DE LEIRIA E S. PEDRO DE MOEL" in *Guia de Portugal*. 2.º vol. Estremadura, Alentejo, Algarve, "BNL, Lisboa, pp. 612-26 e 648-52.
1942, [NDG] *NOVA DEMANDA DO GRAAL*, Liv. Bertrand, Lx.

ESPÓLIOS MANUSCRITOS:

- Cartas e outros escriptos dirigidos a Affonso Lopes Vieira*, XIV vols., espólio da Biblioteca Municipal de Leiria Dr. Afonso Lopes Vieira [BML].
Inventário do espólio museológico da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, documento constituído por três dossiers A4, com fichas manuscritas de peças, datados entre Janeiro de 1997 e Abril de 1998, dos arquivos da CMM^aG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRÉ, Carlos Ascenso (1995) "Terra de Poetas: Leiria e a Literatura de outrora" in *II Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região. Actas. I vol.*, Cãm. Mun. de Leiria, Leiria, pp. 17-38.
Colecção Carlos Vieira 2008, *Contrato de doação*, 19 de Julho de 2008, doc. dos arq. da CMM^aG.
Colecção Carlos Vieira 2010, *Contrato de doação*, 7 de Agosto de 2010, doc. dos arq. da CMM^aG.

- Doação* (1947) documento da Doação da Casa de S. Pedro por Helena de Aboim Lopes Vieira, em 26 de Setembro de 1947, doc. dactilografado dos arquivos da CMM^g.
- Festival de São Pedro*, 12 de Agosto de 1961, com o patrocínio da Câmara Municipal da Marinha Grande e da Fundação Calouste Gulbenkian.
- II Festival de São Pedro de Moel*, 13 de Agosto de 1966, com o patrocínio do Instituto de Alta Cultura, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Câmara Municipal da Marinha Grande.
- HERBERT, David (2001) *Literary Places, Tourism and the heritage experience* in *Annuals of Tourism Research*, vol. 28, n.º 2, pp. 312-333.
- HÉRNANDEZ, Francisca (2001) *Manual de Museología*, Biblioteconomiía y Documentación, Editorial Síntesis, Madrid (2ª reimpressão).
- NOBRE, Cristina
- ____ (1999) "O espírito literário da casa de S. Pedro" in *Actas do III Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, II vol., 29 e 30 de Novembro de 1996, CMLeia, Leiria, pp. 289-307.
- ____ (2001) edição de: ... *um longo ataque de melancolia mansa... Correspondência de Afonso Lopes Vieira para Artur Lobo de Campos (1909-1945)*, CM. de Leiria, ed. Magno, Leiria.
- ____ (2003) *Passeio sentimental de Afonso Lopes Vieira*, CM de Leiria, CM de M^a Grande, CCRC, col. "Rota dos Escritores do Séc. XX, Coimbra.
- ____ (2003a) "Os Lugares da Escrita em Afonso Lopes Vieira" in *Lugares da Escrita. 22 Novembro 2003 / 22 Janeiro 2004*, Catálogo da Exposição da Rota dos Escritores do Séc. XX, Pavilhão Centro de Portugal, Coimbra, pp. 19-23.
- ____ (2003b) "Afonso Lopes Vieira: o esteta assumido" in *Afonso Lopes Vieira. In Memoriam*, Roteiro da exposição "O ano de todas as comemorações. 1878-2003", pela Casa Museu / Centro Cultural João Soares, Cortes, Junho, pp. 3-12.
- ____ (2003c) "Afonso Lopes Vieira. A Obra Publicada (Em livro e dispersa)" in *Roteiro da exposição bibliográfica sobre Afonso Lopes Vieira — "O ano de todas as comemorações. 1878-2003"*, pela Casa Museu / Centro Cultural João Soares, Cortes, Outubro, pp. 3-32.
- ____ (2004) *Passeio nas terras de Afonso Lopes Vieira*, Roteiro Cultural, Região de Turismo Leiria-Fátima, Leiria, sd. [2004].
- ____ (2005) *Afonso Lopes Vieira. A Reescrita de Portugal*, vol. I e *Inéditos*, vol. II, INCM, Lisboa.
- ____ (2005b) *Casa-Museu Afonso Lopes Vieira. Roteiro da Exposição*, Câmara Municipal da Marinha Grande, Julho.
- ____ (2005c) "O espólio epistolográfico de Afonso Lopes Vieira depositado na Biblioteca Municipal de Leiria. O conjunto documental de Augusto Rosa e Leonor de Castro Guedes Rosa" in *Actas do IV Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região. História Contemporânea*, 9 e 10 de Novembro de 2001, CMLeia, Leiria, pp. 183-197.
- ____ (2007) *FOTOBIOGRAFIA Afonso Lopes Vieira. 1878-1946*, Imagens & Letras, Leiria, Dez.
- ____ (2008) *Afonso Lopes Vieira na imprensa da época e na correspondência particular* (vol. I) e *Anexos* (vol. II), pós-doutoramento em Ciências da Comunicação – História da Imprensa, SFRH / BPD / 27109 / 2006, Outubro de 2008 [policopiado].
- ____ (2010) "Alvorecer do Turismo Cultural na 1.ª metade do séc. XX. Afonso Lopes Vieira e a valorização do património da região de Leiria" in SANTOS, Graça Poças (org) *Congresso de Turismo Cultural, Territórios e Identidades*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, em 29/30 de Novembro de 2006.
- ____ (2011) *Afonso Lopes Vieira na correspondência e imprensa da época*, apoio da FCT, ed. Imagens&Letras e IPL, Leiria.
- (2000) *Normas Gerais de Inventário. Artes plásticas e artes decorativas*, texto de Elsa Garrett Pinho e Inês da Cunha Freitas, Direcção de Serviços de Inventário, Instituto Português de Museus, Janeiro, 2.ª ed. revista.
- OGANDO, Alice (1935) "Novas de Afonso Lopes Vieira, o poeta mais português de Portugal" in *Portugal feminino*, n.º 69, ano VI, Outubro de 1935, pp. 10-1 e excertos republicados in *Fradique*, semanário literário, ano II, n.º 90, Lx., 24 de Outubro de 1935.
- PEREIRA, José Carlos Seabra (2010) *O tempo republicano da literatura portuguesa*, separata de Colóquio/Letras, n.º 175, F. C. Gulbenkian, Lisboa, Set.-Dez.
- RICHARDS, Greg (2001) *The development of Cultural Tourism in Europe*, CAB International 2001. Cultural Attractions and European Tourism.
- ____ (2004) *Nuevos caminos para el turismo cultural?*, Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS), Observatório Interarts, Barcelona.